

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA

MARCELA LOPES DE MATOS

**A LUTA PELA REINserÇÃO DOS DETENTOS DE
GOIÁS PELA MEDIAÇÃO DO JORNALISMO PÚBLICO**

Goânia
2005

MARCELA LOPES DE MATOS

**A LUTA PELA REINSERÇÃO DOS DETENTOS DE GOIÁS
PELA MEDIAÇÃO DO JORNALISMO PÚBLICO**

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo,
da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia,
Da Universidade Federal de Goiás, para
obtenção do título de bacharel em jornalismo.
Área de concentração: estudos de jornalismo
Orientador: Joãomar Carvalho de Brito Neto

Goiânia
2005

“No entanto, a Informação, ainda que no nível dos princípios deva e possa responder à exigência público-democrática, está estruturada de modo a produzir o efeito inverso, isto é, a intimidação social. Aqueles que imaginam desconhecer o que o saber estabelecido está divulgando ou que imaginam haver descompasso entre suas idéias e as dos conhecimentos “objetivos”, sentem-se não só destituídos de saber, mas também despojados de uma humanidade válida”.
(Marilena Chauí)

“O Sabiá e o Prisioneiro”
(Denes Gonçalves Garcia - detento da AGSP)

**“Quando canta o sabiá,
Dá vontade de chorar.
Liberdade, onde está?
Vê se vem me procurar.**

**Certo dia sem querer,
Um crime eu cometi.
Ah! Meu Deus!
Quanta tristeza.
Veja como vivo aqui.**

**Como dói olhar para
As grades, aqui nesta prisão.
Meu Deus, pra que viver?
Como dói meu coração!**

**No domingo, meu amor
Vem aqui me visitar
É mais bela que uma flor,
Traz pureza no olhar.**

**Quando acaba o domingo,
Dá vontade de chorar.
Sei que o meu amor,
Eu não vou acompanhar.**

**Mais um dia que se vai,
E eu aqui nesta prisão,
Os meus filhos, onde estão?
Peço a Deus proteção.**

**Minha vida nesta cela
É espera pelo perdão.
Hoje vou ao tribunal,
Vou ter a condenação.**

**Quando canta o sabiá,
Dá vontade de chorar.
Liberdade, onde está?
Vê se vem me procurar”.**

RESUMO

Este projeto pretende mostrar a importância da informação como elemento construtor da cidadania, a partir do estudo de caso sobre a reinserção dos detentos da Agência Goiana do Sistema Prisional (AGSP). A reinserção dos detentos sempre esbarrou no forte preconceito da sociedade brasileira, que sempre continuou vendo o ex-detento como o criminoso antes sentenciado. Fora dos muros da cadeia e sem chances reais de trabalho, a maioria deles volta ao mundo do crime. Este estudo trabalhou com a hipótese de que, se for possível romper a barreira da desinformação, o processo de reinserção dos detentos poderia significar um real passo na conquista da cidadania. Por isso, ele foi feito dentro do referencial teórico do jornalismo público, uma vertente que enxerga seu exercício como elemento decisivo para desconstruir preconceitos e revelar as reais possibilidades da construção da cidadania. O estudo revelou que esta possibilidade, no caso em questão, pode se constituir numa possibilidade verdadeira e numa alentada esperança.

Palavras-chaves: jornalismo público, detentos, cidadania.

SUMÁRIO

I. Introdução	7
I.1. Apresentação	7
I.2. A condição social e o crime	9
I.3. Preconceito e informação	12
I.4. Jornalismo e sociedade	14
I.5. Mídia e exclusão	18
I.6. Mídia e cidadania	20
II. Desenvolvimento	26
II.1. Jornalismo para a cidadania	26
II.1.1. Origens estadunidenses	28
II.2. Jornalismo para a democracia	31
II.3. Metodologia	36
II.4. O objeto de estudo: Sistema Prisional de Goiás	38
II.4.1. Do CEPALGO à Agência Goiana do Sistema Prisional	38
II.4.2. Perfil da população carcerária	39
II.4.3. Publicação/Projeto	44
III. Conclusão	46
Referências Bibliográficas	48
Bibliografia Consultada	49
Anexos	50

I. Introdução

I. 1. Apresentação

Este projeto pretende mostrar a importância da informação como elemento construtor de cidadania, a partir de um estudo de caso sobre a reinserção dos detentos da Agência Goiana do Sistema Prisional - AGSP. Ele pretende mostrar, a partir de conceitos do chamado 'jornalismo público' ou 'cívico', que uma publicação pode colaborar, sobremaneira, para a reinserção destes apenados. Jornalismo público é aquele que tem como elemento único e primordial, o social, ou seja, trata-se do jornalismo voltado iminentemente para a cobertura de fatos relacionados aos indivíduos como cidadãos.

O conteúdo de tal publicação pretende valer-se de recursos propriamente jornalísticos – entrevista ping-pong, texto corrido, notas, reportagens, etc – para colaborar no processo de reinserção social dos apenados da AGSP. Trata-se de uma tentativa de desconstrução de uma mentalidade conservadora da sociedade goiana edificada sob preconceitos de toda sorte dirigidos aos chamados encarcerados.

Desta forma, a publicação atuaria de forma a promover a cidadania destas pessoas, ao sensibilizar setores sociais organizados da Grande Goiânia para a oferta de vagas de trabalho direcionadas aos ex-detentos da AGSP. Primeiramente, o projeto pretende verificar se é possível a concretização de uma publicação tal que consiga expor a realidade social do universo dos detentos para, em seguida, identificar quais entidades dos setores produtivos da região, que receberiam a publicação.

Para cumprir os objetivos propostos deste trabalho jornalístico será necessário dividir o processo de realização do mesmo em duas fases. A primeira fase trata da elaboração da publicação/jornal, que atuará como elo entre os detentos da Agência Prisional e a sociedade. Para a confecção deste será necessário um trabalho jornalístico de coleta de depoimentos e informações para composição da publicação. A presença física do pesquisador é imprescindível no local de reclusão dos apenados, a fim de colher melhores e mais verídicas declarações.

Outra providência a ser tomada será a especificação do grupo de detentos que serão abordados para as coletas de informações. Este grupo representa os presidiários da Casa do Albergado da Agência Prisional. Por se tratar de detentos que já estão no regime de semi-reclusão, o objetivo do projeto torna-se mais viável e exequível. Além do processo de coleta dos dados, as próximas etapas serão a edição e diagramação, de

forma a concluir a publicação, dando-lhe uma melhor feição e tornando-a atraente a seu público-alvo.

A segunda fase refere-se exatamente ao estabelecimento do contato com este público-alvo com a publicação já finalizada, a fim de testar a hipótese proposta neste trabalho. Este contato poderá ser realizado por meio da distribuição do material a uma determinada lista¹ (*mainling list*).

Outro dado importante, refere-se a participação da própria AGSP, cuja assessoria, ao ficar a par do objetivo deste projeto, logo demonstrou interesse na sua viabilização.

Enfim, tendo em vista que os detentos da AGSP consigam expor suas aspirações e asserções a cerca da futura vida fora do sistema prisional, bem como as atuais condições em que vivem (trabalhando e estudando a fim de se ressocializar) para a concretização da publicação aqui pretendida, a sociedade goiana se conscientizará e, conseqüentemente, alterará sua postura em relação a estas pessoas. E assim, a cidadania destas pessoas poderá ser resgatada.

Vale ressaltar que, se alcançado, o objetivo deste projeto pode não somente beneficiar aos detentos, mas também a sociedade inteira. Isso porque, a partir do momento que os ex-apanados obtenham a plena oportunidade de se ressocializar, por meio da inserção no mercado de trabalho, eles não mais representarão perigo para o convívio social. Outra vantagem considerável será o processo de esvaziamento dos presídios pois, como já foi mencionado, uma parte significativa dos detentos de um presídio, é de reincidentes.

¹ A lista poderá ser disposta da seguinte forma: Câmara dos dirigentes lojistas de Goiás; Representação dos Shoppings de Goiânia; Associação de diaristas de Goiânia; ACIEG – Associação industrial, comercial e de serviços do Estado de Goiás; FIEG – Federação das Indústrias no Estado de Goiás; Sindicarne - Sindicato dos Produtores de Carne de Goiás; ASBAN/GO - Associação de Bancos de Goiás; AGM - Associação Goiana dos Municípios; Sinttel - Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Goiás e Tocantins; Sintego - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás, etc.

I.2. A condição social e o crime

Muito antes de Talião ter estabelecido suas leis de equivalências punitivas ou de o Império Romano ter fundamentado as bases do que corresponde hoje ao moderno conjunto de leis, as sociedades (antigas, modernas, e principalmente contemporâneas) agem de forma nitidamente preconceituosa em relação aos chamados apenados, pessoas que vilipendiaram tais leis e, em conseqüência, foram privadas de sua liberdade por certo período de tempo.

O crime possui diversas origens e nem sempre se realiza por puro e exclusivo sadismo. Existem aqueles que foram motivados por fatores adversos, como a falta momentânea da razão ou mesmo situações de desespero, como estar diante da total indignidade de não poder ao menos alimentar um filho pequeno. Os motivos são variados e este projeto não pretende justificar nenhum.

Estes detentos são punidos com a reclusão de certo período que depende da gravidade de sua falha para com o sistema de leis. Em seguida, a reclusão é realizada em locais construídos pelo governo para este único fim (presídios ou cárcere) onde, em tese, ocorreria, além da privação do convívio social - e isso implica privação do convívio com familiares, amigos, pessoas conhecidas, enfim, da sociedade e do mundo - a recuperação do presidiário para sua posterior reinserção social, a sua volta sem representar perigo para a sociedade.

No entanto, o que ocorre muitas das vezes é exatamente o oposto. O presídio, fonte de maus tratos, circulação de drogas, etc, acaba por se tornar um alimentador do crime. Mas o pior e mais contundente para a não-recuperação destas pessoas é o que ocorre na vida do detento quando ele sai do presídio. Isso porque a prisão representa apenas a primeira punição, ou seja, a que foi exercida pelas autoridades competentes.

O que vem ocorrendo, no entanto, desde que se iniciou o sistema de reclusão como forma de punição legal é que tais indivíduos – ex-detentos – passam por uma espécie de segunda punição, e esta, mais forte, contundente e avassaladora. Trata-se da punição por meio de juízos de moral feitos pela sociedade. Isto acarreta um efeito devastador e que pode ser resumido num simples dado divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE): 80 % dos detentos brasileiros são reincidentes.

Em linhas gerais, esta situação é decorrente do fato de a sociedade não ter noções claras sobre a realidade dos encarcerados. O medo e o temor e, por que não

dizer, o ódio, definem com mais precisão os únicos sentimentos que a sociedade expressa sobre estas pessoas. Desta forma, após saírem do sistema prisional, os ex-detentos não adquirem oportunidades de trabalho ou qualquer reinserção empregatícia e, confrontados com a pura e premente necessidade de sobrevivência, retornam ao mundo do crime.

Isso porque a sociedade não é “paraíso”, ela não contribui para o processo de recuperação destas pessoas. Pelo contrário. Ela acaba contribuindo para um processo de agravamento social ao se recusar a aceitá-los no meio social quando, por exemplo, recusam oferecer vagas de empregos para estas pessoas. E, desempregados e diante da necessidade premente de sobrevivência, acabam por reincidir no crime, completando assim um ciclo vicioso de violência.

Existe ainda outro fator que é determinante para a compreensão da condição dos detentos de uma sociedade e aqui, especificamente, da sociedade brasileira. O que se pode perceber, ao analisar o conjunto populacional de presidiários de qualquer penitenciária brasileira, é que a maioria esmagadora é composta por um perfil social já fortemente estereotipado no imaginário brasileiro, como negros, com baixa escolaridade e baixo ou nenhum poder aquisitivo. Tais indivíduos são vítimas da terrível condição de desigualdades sociais existentes no Brasil.

Desta forma fica nítido que a reinserção social destas pessoas é altamente improvável. Daí cair na estatística já mencionada de que a maioria dos detentos é reincidente. Marilena Chauí analisa, a propósito, a condição daqueles que são punidos pelo aparelho do Estado e ainda menciona o peso manipulativo dos meios de comunicação contra os ‘dominados’. Segundo ela, há dois tipos de crimes propriamente ditos, os praticados pelos “ricos mesmo” e que permanecem sem punição e os dos “marginais”, que devem ser apenados pelo Estado. No entanto, como esta é ineficaz, a população admite a necessidade de “fazer justiça com as próprias mãos”.

Chauí diz que entre esses dois tipos, intercalam-se os crimes excepcionais dos “pobres” e dos “mais pobres”, como os momentos de dificuldades econômicas, afetivas, sexuais, que levam ao crime, podendo ser compreendidas, em certos casos, tolerado e, em outros, devendo ser punidos para que não se repita. E, finalmente, os crimes dos “pobres de tudo”, que são aceitos e não devem ser punidos porque fruto do desespero e da injustiça social.

*“Entretanto, como os ‘ricos mesmo’ e os ‘bem de vida’, além de permanecerem impunes em seus crimes, criam corpos especiais de vigilância para sua proteção contra os ‘marginais’, os ‘pobres de tudo’ e os ‘mais pobres’, estes últimos (marginais, pobres de tudo e mais pobres) acabam atacando os ‘pobres’ e lutando entre si (...) de sorte que só resta aos ‘pobres’ um caminho, qual seja, o de ‘fazer justiça com as próprias mãos’. É aqui que o peso manipulativo e intimidador dos meios de comunicação de massa torna-se arma poderosa contra os dominados”.*²

Vale mencionar que a autora utiliza as classificações “ricos mesmo, bem de vida, pobres, mais pobres, pobres de tudo e marginais”, baseadas no estudo de Teresa Caldina sobre a prática e a consciência política na periferia de São Paulo. Este estudo observou as várias classificações por meio das quais a população diferencia classes e segmentos de classe. Ainda mais significativo é que tais classificações foram aplicadas de acordo não só com posses materiais, mas, sobretudo com escolaridade.

² CHAÚÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência**: aspectos da cultura popular brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986.

I.3. Preconceito e informação

Uma das grandes dificuldades para se estabelecer a cidadania para os diferentes e variados grupos da sociedade brasileira é fato de o Brasil ser uma sociedade claramente autoritária, segundo Chauí. Isso porque há uma indistinção entre o público e o privado, incapacidade para tolerar o princípio formal e abstrato da igualdade perante a lei, repressão às formas de luta e de organização sociais e populares, discriminação racial, sexual e de classes. Chauí sintetiza, dizendo que o Brasil é uma sociedade autoritária, na medida em que não consegue, até o limiar do século XXI, concretizar sequer os princípios (velhos de três séculos) do liberalismo e do republicanismo³.

Apoiado neste ponto de vista é que este projeto pretende promover a cidadania dos detentos egressos da Agência Goiana do Sistema Prisional. Devido primordialmente à sua condição social – baixo poder aquisitivo e baixa ou nenhuma escolaridade – estas pessoas sofrem um forte preconceito moral da sociedade, o que torna sua ressocialização utópica.

Desta forma, o projeto propõe o resgate do chamado jornalismo público para a concretização da promoção da cidadania destas pessoas. Brito Neto ressalta a relação entre informação e cidadania ao destacar que

(...) “Sem a informação o indivíduo não se torna cidadão, pois o exercício da cidadania só se dá quando o homem se dá conta do que é e do que poderá ser. Os pré-requisitos da cidadania (educação, saúde, segurança, transporte, moradia e trabalho) só podem ser atendidos quanto for possível a cada pessoa o acesso à informação/conhecimento sobre os outros (sociedade), sobre a experiência humana (história) e sobre a sua própria experiência de construção do seu projeto de vida (utopia)”⁴.

Estes detentos representam o que pode haver de total exclusão do processo de produção e difusão de informação. Assim, sua cidadania e sua reinserção social acabam se perdendo no vazio. Para tentar alterar tal situação e proporcionar oportunidades empregatícias (ponto fundamental para reinserção social dos egressos de um presídio), o projeto propõe a concretização de uma publicação que vise a mobilização de figuras representativas dos setores empregatícios de Goiás sobre a realidade destas pessoas.

³ CHAUI, op. cit

⁴ BRITO NETO, Joãoomar Carvalho de. **Informação e cidadania: a nova configuração da democracia.** Goiânia, Revista Comunicação e Informação, v 2, nº 2, dez de 1999.

Brito Netto assegura que a informação está no centro de uma concepção contemporânea e democrática de cidadania⁵. Isto quer dizer que, principalmente na era do avanço crescente das tecnologias, a informação é peça fundamental para a plena realização da democracia, já que esta pressupõe igualdade de direitos para todos os indivíduos da sociedade. Direitos estes que incluem, logicamente, o acesso às informações, além do direito de se expressar.

José Marques de Melo também analisa a condição daqueles indivíduos ‘excluídos’ da sociedade e por consequência, do direito à cidadania e da informação. Segundo ele, na prática, o direito de informar e de ser informado permanece como um privilégio da burguesia, detentora do capital imprescindível à operação de um canal de comunicação pública ou de instituições sociais⁶.

⁵ BRITO NETO, Joãoamar Carvalho de. op. cit.

⁶ MARQUES DE MELO, José. **Comunicação**: direito à informação. São Paulo: Ed. Papyrus, 1986.

I.4. Jornalismo e sociedade

O conceito de comunicação deriva do latim *communicatio*, cujo significado é tornar comum, partilhar, repartir, associar, trocar opiniões, conferenciar. A comunicação implica em participação, em troca de mensagens, em emissão ou recebimento de informações. A comunicação exerce um formidável poder. Por meio dela uma pessoa convence, persuade, atrai, muda idéias, influi, gera atitudes, desperta sentimentos, provoca expectativas e induz a comportamentos.

Nos últimos anos, a comunicação midiática sofreu um processo de transformação em que seu conteúdo perdeu a essência primeira de informar para assumir o papel de falsa informação. Com o avanço das comunicações e espetacularização da vida, a tendência se reforçou. O impacto sobre a atividade jornalística é inevitável. A mídia globalizada, em tempo real, o mercado da notícia, tudo está modificando as bases do trabalho do jornalista.

Marco Aurélio Nogueira afirma que o jornalista tornou-se um especialista, treinado nas mais recentes técnicas redacionais, de algum modo estandarizado⁷. José Marques de Melo analisa também a relação entre os jornalistas, os acontecimentos e os indivíduos alvos ou destinatários das informações. Segundo ele,

“Logo, a atividade jornalística é eminentemente ideológica. Apreender os fatos e relatá-los, através de veículos de difusão coletiva significa, nada mais, nada menos, que projetar visões de mundo. E é exatamente isso que os jornalistas fazem cotidianamente. Atuam como mediadores entre os acontecimentos, seus protagonistas e os indivíduos que compõe um universo sócio-cultural (público destinatário)”⁸.

Cicília Maria Peruzzo e Fernando Ferreira de Almeida consideram que, perpassando todo o movimento histórico em torno do desenvolvimento, as propostas de uso dos meios de comunicação acompanharam a dinâmica de cada época e os interesses em jogo⁹.

⁷ NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Qualidade na TV: a alternativa do jornalismo público.** *Jornal da Tarde.* São Paulo. 26 de abril de 2003.

⁸ MARQUES DE MELO, José. op. cit.

⁹ PERUZZO, Cicília Maria Krohling e ALMEIDA, Fernando Ferreira. **Comunicação para a Cidadania.** São Paulo/Salvador: Distribuição Intercom, 2003.

Desta forma, após ter refletido sobre a função precípua do jornalismo, que é a de servir exclusivamente aos interesses da sociedade, Chris Peck¹⁰ defende a prática do chamado jornalismo público ou cívico, como principal vertente profissional no século XXI. Em uma palestra ministrada na Faculdade de Comunicação, da UNB, Chris Peck afirmou que função do jornalismo é servir à sociedade, à democracia e à vida pública. Desta forma, fica claro que as sociedades precisam de um modelo de jornalismo em que os profissionais deverão estar ligados principalmente e atentamente às aspirações da comunidade.

Muito antes de o conceito de jornalismo público ter sido idealizado, Luiz Amaral já enxergava a importância da comunicação como porta-voz e mediadora da sociedade, Segundo Amaral, os veículos de comunicação são instituições sociais criadas pela necessidade dos agrupamentos definidos de indivíduos obedientes a leis, costumes e tradições comuns. Para ele, apesar de tais meios de comunicação surgirem das necessidades da sociedade, isso não implica em dizer que eles estão a serviço dessa mesma sociedade.

“Esse relacionamento veículos de comunicação-sociedade não significa, porém, estejam eles sempre a serviço da sociedade. Os interesses nem sempre coincidem, muitas vezes discrepam, em outras chegam ao antagonismo. Representando grupos específicos da sociedade – políticos, culturais, econômicos, religiosos, ideológicos – os veículos de comunicação cuidam, apenas da defesa desses grupos, embora se refiram constantemente à sociedade como um todo, ao povo, às massas”¹¹.

No âmago da questão está a premência do uso dos meios de comunicação em benefício da cidadania e que esta é construída pelos próprios cidadãos, na sua interação com as outras forças da sociedade. Para Peruzzo e Almeida¹², o desenvolvimento só faz sentido se promover a igualdade no acesso à riqueza e ao crescimento integral da pessoa e de todos, ou seja, se tiver como mola-mestra o ser humano.

¹⁰ Cris Peck é professor norte-americano e Diretor do Departamento de Jornalismo da Universidade Metodista Sulista de Dallas, Texas. Palestra ministrada em 27 e 28 de maio de 2002.

¹¹ AMARAL, Luiz. **Técnica de Jornal e Periódico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982.

¹² PERUZZO, Cíclia Maria Krohling ; ALMEIDA, Fernando Ferreira. op. cit.

Luiz Martins também enfatiza a questão do ser humano como centro absoluto do discurso do jornalismo público. Segundo ele, jornalismo e desenvolvimento humano passariam a formar, então, uma relação intrínseca. O autor ressalta ainda que, no Brasil, o jornalismo público tem encontrado um denominador comum que é a promoção da cidadania e, com ela, a promoção do desenvolvimento social e do desenvolvimento humano¹³.

Se se pensar bem na questão proposta pelo jornalismo público, percebe-se logo que há uma espécie de redundância de sentidos. Isso, porque todo jornalismo deveria por excelência ser público. Martins pondera sobre isso, ao dizer que há uma certa tautologia na expressão comunicação pública, pois todo processo de comunicação de massa é, por natureza, público¹⁴.

De maneira geral, os meios de comunicação de massa brasileiros não se declaram praticantes do jornalismo público, o que revela, senão desconhecimento dessa categoria como um campo específico, pelo menos a inexistência de algo programático, que faça parte de suas políticas editoriais.

Mas nem somente os meios de comunicação de massa devem ser considerados únicos no processo de transmissão e interação com a sociedade. Há a possibilidade de se estabelecer tais relações por meio de publicações independentes ou consideravelmente menores quanto à amplitude de sua veiculação.

Vale ressaltar que aqui não se está fazendo referência ao jornalismo comunitário e que há uma diferença entre as duas modalidades jornalísticas. A TV Cultura de São Paulo chega a fazer uma distinção entre jornalismo público e o jornalismo comunitário. Marco Antônio Coelho Filho, ex-diretor de jornalismo, diferencia público e comunitário. Segundo ele:

“Enquanto o jornalismo comunitário mostra o problema e cobra soluções, o jornalismo público mostra como os problemas podem ser tratados pelas políticas públicas: Em vez de fazer uma matéria sobre um buraco de rua e ir atrás da autoridade para que ela solucione aquele problema, podemos retratar como funciona a política que determina a colocação de asfalto nos bairros”¹⁵.

¹³ SILVA, Luiz Martins da. **Jornalismo Público: O social como valor notícia**. Brasília: Casa das Musas, 2004. V. II.

¹⁴ Idem, ibidem.

¹⁵ COELHO FILHO, Marco Antônio apud. SILVA, Luiz Martins da. op. cit.

Dessa forma, tais publicações sem vínculos empresariais ou comerciais podem se mostrar de grande valor quanto à promoção da cidadania de determinados grupos sociais que têm dificuldade de expressar suas aspirações e desejos. Como, no geral, apenas os grandes veículos de comunicação recebem atenção da esfera pública e nem sempre estes atuam em serviço exclusivo da sociedade, conseqüentemente tais setores excluídos perdem a oportunidade de se pronunciar e acabam por serem estipados da realidade social que é mostrada dia-a-dia para o grande público.

Elizabeth Brandão defende a noção de comunicação comprometida com a sociedade. Segundo ela, perdida na história a noção de coisa pública, é preciso restabelecer seu lugar no Estado e a possibilidade de uma comunicação comprometida com a democracia, que exerce o direito de informar e exige o direito de ser informada¹⁶.

Marilena Chauí também ratifica esta noção de informação para cidadania, ao dizer que a informação, ainda que no nível dos princípios deve e possa responder à exigência público-democrática, está estruturada de modo a produzir o efeito inverso que é a intimidação social. Ela diz que aqueles que imaginavam haver descompasso entre suas idéias e as dos conhecimentos “objetivos”, sentem-se não só destituídos de saber, mas também de uma humanidade válida. E, ela completa ao mencionar que a informação reforça a divisão entre as classes. A seu ver,

“Assim, tendo sido excluídos do processo real de produção, criação e invenção das idéias e valores (pois a Informação só divulga o já estabelecido e confirmado), os indivíduos também se encontram socialmente invalidados por sua suposta ignorância cultural, a Informação produz os incompetentes sociais e reforça a divisão elite/massa”¹⁷.

¹⁶ BRANDÃO, Elizabeth. **Comunicação Pública**: o cidadão, o Estado e o Governo. Algumas abordagens em comunicação pública. Brasília: Casa das Musas, 2003. V. I, Nº 3.

¹⁷ CHAUI, Marilena. op. cit.

I. 5. Mídia e exclusão

Entre tais classes de indivíduos “sem-voz” estão os chamados apenados de uma sociedade. São pessoas não têm o direito pleno a expressão e são alvos imediatos de preconceito social. No entanto, deve-se ter em mente que tais indivíduos estão passando por um processo legal de ressocialização e recuperação. Não atender aos direitos dessas pessoas só contribuirá para o agravamento social delas.

A *Comissão Teotônio Vilela*¹⁸ faz referência a esse quadro de degradação que os detentos acabam por sofrer atrás das grades de um presídio. Segundo seu relatório, a reforma do sistema penitenciário, deixada praticamente de lado nos vinte anos de autoritarismo, é urgente. Isso porque, continua o relatório da Comissão, não apenas os direitos humanos são desrespeitados cotidianamente nas prisões, mas também o sistema prisional com seus métodos brutais constitui uma fonte permanente de realimentação do crime.

*“Vários estudos indicam que 70% dos prisioneiros que saem reincidem no crime, demonstrando que nas prisões a clássica função de recuperar e ressocializar transformou-se em seu contrário, provocando mais vítimas e não protegendo os cidadão”*¹⁹.

Desta forma, fica nítido observar que os detentos, assim como qualquer classe indistinta de indivíduos sociais, detem direitos, assim como obrigações e precisam ser visto como cidadãos de uma democracia plena. O ex-senador Severo Gomes lembra que tais direitos só poderão ser construídos e defendidos com a conquista da liberdade de organização dos presidiários, com o reconhecimento de que fazem parte da sociedade e, nesse sentido, as rebeliões do desespero devem ser compreendidas como parte desse processo²⁰.

Existem diversas formas que proporcionam uma ressocialização eficiente para os detentos de um presídio. Programas internos voltados para realização de trabalhos de toda sorte, projetos de educação intra-muros, artesanato, enfim, são alguns dos meios de fazer com que o presidiário além de não ficar ocioso e alimentando sua criminalidade, permite-lhe aprender e querer sua reinserção social de forma digna e honesta.

¹⁸ A Comissão Teotônio Vilela é uma organização não-governamental criada durante o regime militar para proteger aqueles que se encontravam sob custódia de estabelecimentos fechados.

¹⁹ PINHEIRO, Paulo Sérgio e BRAUN, Eric (org). **Democracia x Violência**: reflexões para a constituinte. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

²⁰ GOMES, Severo apud Comissão Teotônio Vilela. *Ibidem*.

E, nesse momento, de divulgar as chamadas “boas ações” praticadas por estas pessoas com o intuito pleno de se reinserir na sociedade, é que entra a atividade jornalística, cuja arma mais poderosa é a informação, como elo entre tal universo de pessoas e a sociedade da qual foram reclusos e que um dia voltarão a conviver.

Brito Neto nos elucida a relação informação/cidadania, ao lembrar que a informação abarca uma lógica educadora, na medida em que ela forma a consciência política e melhor agenda o indivíduo para o convívio social e para o exercício da cidadania. “Esta circunstância é que, essencialmente, define o processo democrático”²¹.

A Comissão Teotônio Vilela completa tal raciocínio ao dizer que é essencial que se estimulem os processos de participação no interior do sistema penitenciário, permitindo aos presos à organização do seu cotidiano e a reconstrução de sua individualidade.

“A cidadania não pode ser reaprendida num espaço de pura opressão. Isto sem perder de vista que nenhum sistema penitenciário permitirá bons resultados se não contar com a participação da comunidade, no atendimento das necessidades dos condenados e de suas famílias desamparadas, e, depois, do egresso”²².

²¹ BRITO NETO, Joômar Carvalho de. op. cit.

²² Comissão Teotônio Vilela. op. cit.

I.6. Mídia e Cidadania

Há muito que se vem discutindo sobre a importância da mídia para promoção da cidadania, ou seja, a questão dos direitos da sociedade contemporânea que inclui uma diversa gama de setores, como as mulheres, os negros, os índios, os perseguidos étnicos, os homossexuais e os encarcerados, foco deste estudo. É neste contexto que se insere o chamado *jornalismo público* cuja função precípua, segundo Nogueira é a seguinte:

“servir ao público, livre tanto dos compromissos com interesses particulares, mercados ou governos, quanto de compromissos com o ego ou as motivações pessoais do jornalista. O jornalista público está amarrado à verdade, à informação que ajuda a construir civicamente uma comunidade e a formar cidadãos republicanos. O jornalismo público não se pretende um quarto poder. Ele é uma espécie de voz ativa da cidadania, e se mistura com ela”²³.

Ancorado no conceito de jornalismo público e valendo-se do debate a respeito à responsabilidade social da imprensa, esta pesquisa mostra que uma publicação pode colaborar, sobremaneira, para a reinserção social e resgate da cidadania dos apenados da Agência Goiana do Sistema Prisional (AGSP). A expectativa é que esta experiência possa contribuir para o enfraquecimento ou mesmo aniquilamento do preconceito da sociedade goiana em relação a eles e promover a cidadania.

O cárcere representa, como já mencionado, apenas a primeira punição, pois os ex-detentos sofrem ainda uma segunda punição e definitiva que compromete o processo de reinserção social destas pessoas. Trata-se da punição moral feita pela sociedade, que acaba resumindo num alto número de presos reincidentes. Sem oportunidades no mercado de trabalho, muitos deles retornam ao mundo do crime como forma de sobrevivência.

Neste processo de ressocialização e recuperação dos ex-detentos, a sociedade acaba por se tornar o maior e mais grave entrave. Isso porque, como já foi citado, ela não tem noções claras sobre a realidade dos encarcerados e reage com preconceito. Não há uma segunda oportunidade para estas pessoas.

Desta forma o jornalismo público surge como um meio de realizar o elo entre a sociedade e os encarcerados, de forma que aquela possa dismantelar preconceitos e contribuir para a sua reinserção. A mídia convencional não colabora para a desconstrução dessa mentalidade preconceituosa. Apenas fugas, prisões, seqüestros, mortes, rebeliões, entre outros são noticiados. Isto termina corroborando essa visão por

²³ NOGUEIRA, Marco Aurélio.op. cit.

vezes distorcida da realidade geral dos apenados pois nem todos os encarcerados se envolvem nesses acontecimentos.

Assim, mais uma vez voltando para o sentido de jornalismo público, a publicação que aqui se pretende realizar tem como função revelar ao público social as outras facetas do convívio dos detentos, que incluem uma diversidade de trabalhos realizados intra-muros, além de programas educacionais e profissionalizantes. Luis Martins enfatiza que

“por incrível que pareça, um dos papéis da comunicação pública é o de fazer chegar ao conhecimento do público as boas notícias do seu interesse, já que as más notícias têm sua própria dinâmica, alimentada constantemente pela denúncia, seja por parte dos consumidores e cidadãos (na sua insatisfação e indignação) seja por parte da imprensa, no seu papel de poder fiscalizador”²⁴.

Martins aprofunda sua dissertação acerca do jornalismo público, ao afirmar que comunicação pública é o processo de comunicação que se instaura na esfera pública entre o Estado, o Governo e a Sociedade e que se propõe ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública no país²⁵.

Ora, por vida pública entende-se todos os setores da sociedade. E o conjunto maciço de detentos de uma sociedade não poderia escapar desta compreensão. Dessa forma, tal categoria de pessoas detem o direito irrefutável de expressar suas aspirações, bem como suas insatisfações em relação às ações que recebem seja por parte tanto do governo quanto da sociedade.

E neste contexto, o jornalismo público atua como um instrumento poderoso de divulgação de idéias e por que não dizer ideais, ratificando assim, o sentido pleno de democracia onde “todos” possuem direito a livre expressão.

O principal documento relativo aos direitos humanos – a Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948 – já afirmava entre suas assertações (artigo XIX) que:

“todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”²⁶.

²⁴SILVA, Luiz Martins da. op. cit.

²⁵ Idem, ibidem

²⁶ BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. São Paulo: Editora Campus, 1992.

Há vinte anos não era usual, nem na academia e tampouco nos próprios meios, a discussão sobre a relação da comunicação e a cidadania. Isso principalmente devido ao contexto da sociedade brasileira cujas principais características são o segregacionismo e a desinformação como revela Roberto Amaral. Segundo ele, o Brasil é sociedade de analfabetos e de alfabetizados que são analfabetos funcionais, porque não lêem. Ele ressalta também que a informação distribuída é fragmentada, não enseja a reflexão nem o juízo crítico e que destrói o pensamento político e a possibilidade de opinião.

“Qual é, porém, nossa sociedade? Trata-se de uma sociedade, desde suas origens, autoritária, segregacionista e excludente, um Estado privatizado pelos interesses das classes dominantes, um Estado corporativo que processa a exclusão e que exerce a mais elevada concentração de renda do mundo. Sociedade assim organizada desde suas raízes coloniais, produz os excluídos econômicos, os excluídos sociais e políticos, os sem-escola, os sem-informação, os sem-sem”²⁷.

Ele afirma que os meios de comunicação de massas não procedem mais à intermediação entre sociedade e o Estado, entre a política e a cultura e que eles deixam de reportar para interferir no fato, e passam a ser o fato; não narram, invadem o andamento do fato em narração; não informam, formam opinião; não noticiam, opinam. Segundo ele, são o novo espaço da polis, com pensamento próprio, com projeto próprio²⁸.

A comunicação de massas, como a política, não só é um bem de consumo, matizado pelo neoliberalismo, isto é, pela apropriação desigual dos bens de consumo, de bens materiais, de bens simbólicos e de cidadania. Cicília Maria Peruzzo afirma que, apesar das dificuldades e das decepções, algumas experiências de envolvimento popular na comunicação comprovam que o homem e a mulher encerram a potencialidade de ser sujeitos da história. Ser sujeito e não mero objeto é a essência da condição humana²⁹.

Peruzzo traça um constante paralelo entre os movimentos e a comunicação social. Segundo ela, o homem é o que menos tem contado nas decisões das classes dominantes, trata-se de contingentes de pessoas que vão perdendo valores intrinsecamente humanos, como o respeito pelo semelhante, a solidariedade e a gratuidade enquanto ajudam a valorizar cada vez mais a ganância e o individualismo. E assim, continua ela, o homem vai se tornando objeto, mercadoria, coisa manipulável, em detrimento de sua essência e do caráter de sua espécie.

²⁷ AMARAL, Roberto apud Org. MOTTA, Luiz Gonzaga. **Imprensa e Poder**. Brasília: Ed. UNB, 2002.

²⁸ Idem, *ibidem*.

²⁹ PERUZZO, Cicília Maria. **Comunicação nos Movimentos Populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

“Tudo isso envolve um mecanismo condicionante fundamental, um elo real mas não facilmente perceptível, sabido mas esquecido, visível mas não transparente, imerso no cotidiano das pessoas como se fosse ‘natural’ e quase imprescindível: a alienação”³⁰.

Peruzzo acredita que o Brasil, ultimamente, viu-se num processo de crescente acirramento de seus antagonismos e, conseqüentemente, de exclusão social, fundado em mecanismos estruturais inerentes ao modo de produção capitalista, à inflexão conjuntural nacional e internacional de um tipo de capitalismo e ao sistema de gestão político-administrativa.

Em termos de economia, da oitava posição que vinha detendo no cenário capitalista mundial, em 1991, caiu para a nona, em 1993. Tem ocupado as primeiras posições na exportação de alimentos, apesar de um terço do povo brasileiro se achar vitimado em vias de ser definitivamente afetada em sua estrutura corporal e na formação cerebral. A renda nacional distribui-se de forma desigual, concentrando-se 14% nas mãos dos mais ricos (1%) – os que recebem acima de 49 salários mínimos -, enquanto apenas 4,75% do bolo vão para os mais pobres (30%).

Dados do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – mostram que, entre 1960 e 1990, a fração de renda apropriada pelos 20% mais ricos aumentou onze pontos percentuais (de 54% para 65%), enquanto a dos 50% mais pobres declinou seis pontos (de 18% para 12%). E no que se refere ao desenvolvimento humano, ou seja, à expectativa de vida, ao grau de alfabetização e ao poder de compra, situava-mos em 51º lugar no mundo e caímos para o 70º em 1993, atrás de outros países latino-americanos com o Uruguai (30º), o Chile (36º), a Costa Rica (42º), a Argentina (46º) e o México (53º), embora mais bem colocados do que o Equador (89º), o Paraguai (90º) e o Peru (95º).

O significado desses números está visivelmente estampado na realidade das grandes cidades, onde só uma pequena parcela da população tem a possibilidade de usufruir a riqueza e as benesses do desenvolvimento, num contexto de grande desigualdade social. Para Peruzzo, as conseqüências expressam-se num quadro contrastante, em que sobressaem a miséria, a violência e a falta de atendimento adequado às necessidades de moradia, nutrição, saúde e educação, entre tantas outras.

A autora afirma que, depois de ver a maioria da população brasileira excluída das possibilidades de participação nos mecanismos decisórios, nota-se, a partir da

³⁰ Idem, ibidem.

década de 80, uma avalanche de promessas e de convites nesse sentido, principalmente por parte de políticos, órgãos públicos e organizações sem fins lucrativos da sociedade civil. Segundo ela o termo “participação” chegou a tornar-se um modismo.

Ela revela, no entanto, que os meios de comunicação popular, apesar de sua importância e de seu significado político, não chegam a colocar-se como forças superadoras dos meios massivos. Segundo a autora, os dois são complementares e não excludentes. Ela afirma que os grandes veículos, por um lado, fazem-se necessários e importantes no campo do divertimento e da informação, por exemplo, mas não conseguem suprir todas as necessidades em nível de comunidades e de movimentos sociais.

“Além disso, o fenômeno da cultura perpassa todo o seu processo, o que colabora para incorporá-los no cotidiano e para que agreguem valores do povo em sua programação”³¹.

Os meios de comunicação massiva não são, segundo a autora, necessariamente, ‘perversos’ com relação aos interesses populares. Eles, como meios técnicos, permitem diversas formas de emprego. Muitas experiências, principalmente no setor da radiofonia, têm demonstrado sua potencialidade quanto a um trabalho educativo na perspectiva emancipadora. O fato é que a comunicação popular também pode valer-se deles, assegura Peruzzo.

Assim, toda a práxis da comunicação popular no Brasil representa uma conquista muito expressiva para os setores que dela se servem, num amplo processo político-educativo de uma população sem tradição de participar de forma igualitária nas decisões que a afetam. Contudo, ela não se constitui numa força predominante nem hegemônica na sociedade civil, mas está cooperando para a democratização desta e da comunicação como um todo.

Peruzzo compreende a cidadania como a qualidade social de uma sociedade organizada sob forma de direitos e deveres majoritariamente reconhecidos. Segundo ela, trata-se de uma das conquistas mais importantes da história.

“Cidadania pressupõe o estado de direito, que parte, pelo menos na teoria, da igualdade de todos perante a lei e do reconhecimento de que a pessoa humana e a sociedade são detentores inalienáveis de direitos e deveres”³².

³¹ Idem, ibidem.

³² Idem, ibidem.

Peruzzo diz que a cidadania é conformada por três tipos de direitos, que podem configurar-se, ou não, de maneira mais abrangente ou mais restrita, na práxis de um povo: os civis, os políticos e os sociais. Os civis são os que dizem respeito à liberdade individual, sendo responsável por eles o sistema judiciário. Os políticos são os que se ligam ao exercício do poder, cabendo sua salvaguarda às organizações parlamentares. Os sociais são os que se relacionam com o nível de vida e o patrimônio social, cuja promoção compete aos serviços para isso existentes e à estrutura educacional.

Ser cidadão, para Peruzzo, é ter o direito de ver-se protegido legalmente, de locomover-se, de interferir na dinâmica política, de votar e ser votado, de expressar-se. É também o direito de morar numa casa digna, de comer bem, de poder estudar e trabalhar. É por fim, ter o direito de participar, com igualdade, na produção, na gestão e na fruição dos bens econômicos e culturais.

Num contexto de desigualdades como o brasileiro, é absolutamente necessário que se tenha a oportunidade de exercer efetivamente os direitos civis e políticos, já assegurados, e de conquistar definitivamente os direitos sociais. Nesse processo, a participação se torna não só um ato político, mas também educativo, na medida em que por meio dela, se vão dando passos cada vez maiores. Peruzzo conclui que a ampliação da cidadania levará o homem e a mulher a serem cada vez mais sujeitos e não objetos da história³³.

Neste sentido, e lembrando o conceito de jornalismo público, a distribuição igualitária da informação, e cujo conteúdo seja voltado principalmente para as questões que competem à sociedade, se constitui em um dos meios de promoção dessa cidadania. Por isso, é que este projeto pretende, por meio de uma publicação, cujo conteúdo tenha a colaboração dos próprios detentores da AGSP, promover a cidadania destas pessoas.

³³ Idem, *ibidem*.

II. Desenvolvimento

II.1. Jornalismo para a cidadania

De uma década para cá, novas visões acerca do papel da imprensa têm-se destacado com uma outra nuance, a de que a responsabilidade social da mídia não deve se limitar às tradicionais funções da informação, do entretenimento e de difusão cultural, mas deve ir além, promovendo a cidadania e a justiça social. Trata-se do *civic journalism* ou *public journalism*, uma vertente que procura estimular a publicação de notícias acerca de projetos sociais bem sucedidos e o envolvimento dos veículos de comunicação com as campanhas públicas³⁴.

O jornalismo público só recentemente vem sendo estudado como teoria. O que se tem de concreto sobre isso até o momento, é que este conceito é oriundo dos Estados Unidos e surgiu da necessidade de uma conscientização cidadã. Mas, este tipo de jornalismo vem ganhando espaço tanto no mundo acadêmico, quanto no mercado, principalmente da televisão pública. Experiências como estas podem ser notadas em países, como Bélgica, França, Inglaterra (na BBC) e inclusive no Brasil, cuja principal referência é o trabalho realizado na TV Cultura.

Dois autores se destacam no estudo desta vertente, que trabalham este conceito, de forma a unificar sua importância e viabilidade. São eles o português Nelson Traquina e o brasileiro Luiz Martins da Silva.

Traquina considera que o jornalismo público ou cívico surgiu essencialmente como alternativa em relação à mídia convencional, que para ele, é segregadora e não democrática. O autor afirma que, nos fins dos anos 80, durante o contexto de uma crítica incessante e implacável da mídia, com particular ênfase na análise da cobertura noticiosa dos processos eleitorais, emergiu nos Estados Unidos um movimento importante e polêmico em defesa de um “novo jornalismo”.

“O ‘novo jornalismo’ é conhecido por diferentes nomes: ‘jornalismo comunitário’ (Craig, 1995), ‘jornalismo de serviço comunitário’ (Shepard, 1994), ‘jornalismo público’ (Rosen, 1994; Merrit, 1995) e ‘jornalismo cívico’ (Lambeth e Craig, 1995)”³⁵.

No entanto, o autor opta por utilizar a expressão “jornalismo cívico”. Ele pondera que, mais de cem anos de crítica da mídia, reforçada de forma notável nos últimos vinte e cinco anos pelos estudos empíricos realizados pela comunidade

³⁴ TRAQUINA, Nelson. **O Estudo do Jornalismo no Século XX**. São Leopoldo: Ed. Unissinos, 2001.

³⁵ Idem, *ibidem*.

acadêmica, gerou uma quantidade significativa de munições para desafiar o *status quo*. Se este fogo de artilharia contínua de crítica tem ou não uma relação direta com a crescente onda de desconfiança por parte do público em relação aos meios de comunicação social, as sondagens de opinião nos Estados Unidos demonstram, de forma clara, que a credibilidade da mídia chegou ao seu ponto mais baixo.

Uma sondagem nacional realizada naquele país, em 1994, indica que somente 25% das pessoas inquiridas concordam com a afirmação de que a mídia ajuda a sociedade a resolver os seus problemas. Outros números são inquietantes: enquanto, em 1973, 23% das pessoas inquiridas indicaram que tinham “muita” confiança nos mídia, a percentagem desceu para 14%, em 1983, e apenas 10%, em 1994. Igualmente, em 1994, 63% das pessoas inquiridas indicaram que as empresas jornalísticas são freqüentemente influenciadas por pessoas e organizações poderosas.

Desta forma, Traquina salienta que, para este movimento não há dúvidas de que o jornalismo está em crise, bem como a própria democracia. O autor busca apoio num dos ‘pais fundadores’ do jornalismo público, Jay Rosen, segundo o qual o jornalismo pode e deve ter um papel no reforço da cidadania (*citizenship*), melhorando o debate público e revendo a vida pública³⁶.

Assim, o autor entende que o movimento em prol do “jornalismo cívico” responde ao desafio de mudança do *status quo*, mas que a questão que fica em aberto reside em saber se este “novo jornalismo” se assemelha mais a uma reforma ou a uma revolução. E, conclui que não é claro, ainda mais porque, como os próprios fundadores do movimento insistem em sublinhar, este ‘novo jornalismo’ ainda está a ser inventado³⁷.

³⁶ ROSEN, Jay apud TRAQUINA, Nelson. op. cit

³⁷ TRAQUINA, Nelson. op. cit.

II. 1. 1. Origens estadunidenses

Traquina entende que é possível identificar um momento decisivo para a emergência do novo jornalismo, em 1998. A frustração generalizada com a cobertura da campanha presidencial norte-americana desse ano, marcada pela publicidade negativa, pelas ‘oportunidades fotográficas’, como a visita dos candidatos às fábricas de bandeiras e às bases militares, pelas polêmicas em torno de questões secundárias, em suma, pela superficialidade, reforçou outras críticas fundamentadas pelos estudos empíricos já realizados desde os anos 70 sobre o papel da mídia na política. Alicia Shepard revela a propósito que:

“A primeira manifestação do jornalismo cívico nasceu da frustração acerca da cobertura presidencial. Muitos acreditaram que os mídia foram transformados pelas táticas de campanha negativa, obcecados com a cobertura do tipo corrida de cavalos e esquecidos em relação às questões julgadas importantes pelos eleitores”³⁸

A sua primeira experiência teve lugar num jornal da rede da companhia *Knight-Ridder*, o *Columbus Ledger Enquirer*, no estado de Geórgia. Em 1988, o jornal abandonou o seu papel tradicional de observador desligado e assumiu um papel de ativista, na tentativa de melhorar a qualidade de vida na comunidade. O jornal encomendou uma sondagem para identificar os problemas que preocupavam a comunidade. Na seqüência da sondagem, 85 cidadãos influentes responderam a um inquérito escrito e jornalistas realizaram entrevistas aprofundadas com residentes na comunidade. Com base nos dados recolhidos, o jornal elaborou um relatório intitulado “Columbus para além de 2000”.

O relatório foi publicado, por partes, diariamente no jornal. Igualmente, o *Columbus Ledger Enquirer* organizou um *town meeting* (reunião com habitantes da comunidade), que durou seis horas e contou com a participação de trezentas pessoas. O jornal também organizou um piquenique com 75 “cidadãos interessados”. Na seqüência destes esforços, foi constituído um movimento de cidadãos chamado “Unidos para além de 2000”. O movimento criou *task forces* (tarefa de esforços) para enfrentar alguns desafios, tais como cuidado com as crianças, problemas específicos dos adolescentes e o racismo.

³⁸ SHEPARD, Alicia apud TRAQUINA, Nelson. op. cit.

Nesta fase do projeto, o *Columbus Ledger Enquirer* apoiou o movimento, criando espaços redatoriais que destacavam cartas dos leitores e uma série de artigos sobre problemas regionais.

No jornal dirigido por Davis Merrit, o *Wichita Eagle*, foi lançado em 1990 um projeto de jornalismo cívico intitulado '*Voter Project*'. Em consórcio com uma estação radiofônica e um operador televisivo, o jornal utilizou sondagens de opinião e *focus groups* para identificar as questões principais que preocupavam os cidadãos. Subseqüentemente, as empresas jornalísticas envolvidas no projeto orientaram a sua cobertura da campanha eleitoral e destacaram essas questões, minimizando os ataques e contra-ataques dos candidatos. Nas seis semanas antes do dia das eleições, o *Wichita Eagle* publicou artigos aprofundados sobre as questões identificadas pelos cidadãos e apresentou a posição dos candidatos sobre cada questão.

Dois anos mais tarde, o *Wichita Eagle* lançou outro projeto intitulado "*People project: solving it ourselves*", de novo em consórcio com outras empresas jornalísticas da área. Neste exemplo de jornalismo cívico, tentou-se fazer participar os cidadãos na resolução de problemas. Com a assistência de professores universitários, foram entrevistadas 192 residentes. Durante nove semanas, os problemas da comunidade foram discutidos nos diversos órgãos de comunicação social que participavam no projeto.

No estado da Carolina do Norte, o jornal *Charlotte Observer* lançou, em 1992, um projeto de jornalismo cívico com o apoio do Instituto Poynter. Com o objetivo de 'recuperar o comando das questões', o jornal tentou redefinir a sua cobertura noticiosa da campanha eleitoral. Nas palavras do diretor executivo do jornal, Rich Oppel, o jornal quis "reduzir a cobertura da estratégia eleitoral e das manipulações dos candidatos, e aumentar o foco sobre as preocupações dos eleitores".

Em 1994, o *Charlotte Observer* lançou outro projeto de jornalismo cívico ainda mais ambicioso. Numa cidade com índices elevados de criminalidade, o assassinato de dois policiais levou o jornal a agir. O jornal levou a cabo uma série de reportagens sobre os bairros mais atingidos pelo problema da criminalidade. Foram realizadas sondagens e foram efetuadas entrevistas. O jornal contratou uma pessoa para coordenar as relações com as comunidades e organizou encontros com os residentes. Publicava igualmente páginas de ajuda para cada bairro e solicitou contribuições financeiras, oportunidades de emprego e de bens e serviços. Entre outros resultados do projeto, existe agora num dos

bairros um centro de recreio e houve uma quebra significativa no número de crimes violentos.

O projeto lançado pelo *Charlotte Observer*, explicitado acima, serve como elemento de análise em relação ao objetivo deste projeto. Isso pois, ambos deduzem a capacidade de promoção de mudanças para melhorias na sociedade por meio do jornal. E, principalmente, entre estas mudanças sociais se inclui em ambos os projetos, a mudança quanto à violência e à criminalidade na comunidade, onde se pretende lançar o projeto. Interessante notar como o projeto do jornal americano foi bem sucedido em sua intenção, especialmente na parte em que, segundo Traquina houve uma considerável queda na quantidade de crimes violentos.

II.2. Jornalismo para a democracia

Luiz Martins acredita que a imprensa é um espaço público de importância vital para o funcionamento da vida democrática e das instituições que sustentam uma democracia. Por esse motivo, é que, para o autor, perdida na história a noção de coisa pública, é preciso restabelecer seu lugar no Estado e a possibilidade de uma comunicação comprometida com a democracia, que garanta o direito de informar e exige o direito de ser informada. Neste sentido, é que ele resgata o conceito de jornalismo público.

Fundamentalmente, ele analisa a relação entre a imprensa e o poder do cidadão, abordando, em sete aspectos, as suas possibilidades, contradições e avanços institucionais para o desenvolvimento e o amadurecimento do jornalismo público, tanto na chamada ‘grande imprensa’, quanto nas publicações alternativas e nos veículos especializados.

a- A imprensa-fiscal por delegação da sociedade.

Martins afirma que esta é a relação mais tradicional entre imprensa e cidadania. Segundo ele, um pressuposto básico é o de que a relação entre imprensa e poder não faz sentido se for a relação de um poder em face de outro (ou outros) ou um poder contra outro (ou outros). É completa, dizendo que a imprensa seria, então uma instância fiscalizadora do poder público e suas subdivisões: o executivo, o legislativo e o judiciário. Daí, a clássica perífrase de que a imprensa é o quarto poder³⁹.

Martins entende que a imprensa tem de se constituir em poder íntegro, sob pena de perder a sua essência e também a sua sobrevivência. Sem credibilidade, será apenas um simulacro da realidade e não uma representação da mesma. A imprensa, portanto, é um poder auxiliar do cidadão estará descolada da cidadania, servindo a um ou vários interesses. Poderá até renunciar ao seu papel de quarto poder. Se, no entanto, a imprensa desempenhar bem sua vocação fiscalizadora, estará, assim, atendendo à expectativa mais tradicional que sobre ela recai: a de ser um poder fiscalizador.

b- A imprensa mediadora da cidadania

³⁹ SILVA, Luiz Martins da apud Org. MOTTA, Luiz Gonzaga. op. cit.

A relação imprensa e cidadania também surge, inicialmente, com a mesma lógica dos direitos outorgados não conquistados. A imprensa, que nasceu como uma conquista da esfera pública burguesa, evoluiu para ser mais um segmento de mercado, um ramo da indústria cultural, e seria um negócio como outro qualquer, se não possuísse, apesar de tudo, uma função pública.

Martins observa, no entanto, que a mídia não é, por excelência, um campo de estruturação do social, embora seja um campo mediador dos demais campos⁴⁰. Mais especificamente, a imprensa exerce a sua mediação dos fatos, a partir do social e para o social, mas isso não significa que ela seja inteiramente permeável ao social. Ao contrário, somente quando o social se reverte em fato noticioso é que estará presente na imprensa. Por vezes, o drama humano se sobressai no noticiário, enquanto um drama coletivo pode não merecer a mesma atenção.

c- O social como mercado

Para Martins outro aspecto da relação entre imprensa e cidadania consiste em ver o social como investimento e mercado. Segundo ele, em termos de investimento, não só o poder público como também a iniciativa privada, tem encarado a agenda social como um setor de excelentes retornos. E completa ao dizer que essa é uma das razões pelas quais o conceito de mercado social (marketing social) vem se firmando, sobretudo com a alavancagem representada pelo chamado terceiro setor (associações, fundações e ONGs)⁴¹.

A atuação conjugada de governos, empresas, ONGs e mídia pode operar resultados que tanto minimizam os gastos, transformados em investimentos com retorno garantido, quanto possibilitam aos problemas sociais maior visibilidade e participação. Deixam de ser assunto exclusivo dos governos e da caridade para receber um tratamento econômico, que difere da simples benemerência.

Martins cita um exemplo bastante sugestivo para o tema deste projeto que é o seguinte: manter uma criança na escola, com o suporte de uma bolsa-escola para a família, consiste num autêntico investimento. Isso se comparado o custo de uma bolsa-escola com o custo da manutenção de um preso nas cadeias brasileiras, que é em média de 4,5 salários mínimos por mês. É a consciência de que a dívida social não é assunto

⁴⁰ Idem, *ibidem*.

⁴¹ Idem, *ibidem*.

apenas do Estado, mas de todos. A violência, ao contrário, é um fator de desagregação e, quando se manifesta, estende prejuízos a todos⁴².

g- A noticiabilidade do social

Teoricamente, o jornalismo é uma atividade essencial e genuinamente pública, tanto quanto a política e a administração pública. Martins pontua que a circulação da informação é uma condição essencial para as ações sociais e para o funcionamento das instituições e da democracia⁴³. Pode-se até estabelecer uma relação intrínseca, biunívoca e interdependente entre imprensa e democracia.

e- O social como especialização jornalística

Em relação à grande imprensa brasileira, Martins acredita que pode-se dizer que ainda não há coberturas e espaços especializados dedicados diretamente à cidadania ou a temas correlatos, tais com saúde, educação e segurança (incluindo as campanhas de direitos humanos e campanhas contra as drogas, violência e acidentes de trânsito)⁴⁴. No entanto, para ele, tem havido uma crescente permeabilidade do noticiário geral a tais temas, especialmente quando o estímulo parte de órgãos do governo, organismos internacionais e ONGs que alimentam as redações com press-releases e intermediação de contatos com as fontes e eventos.

f- A imprensa e a visibilidade do consumidor

Martins enfatiza que a imprensa pode ser encarada como autêntico espaço público, na medida em que possa refletir na pauta jornalística a pauta social. Para ele, assim não haveria mais uma imprensa descolada da sociedade pois se o empresariado, de um modo geral, já não se concebe sem um comprometimento social, é também concebível que a imprensa não se restrinja apenas ao seu papel tradicional e funcional,

⁴² Idem, *ibidem*.

⁴³ Idem, *ibidem*.

⁴⁴ Idem, *ibidem*.

aquele que a separa da realidade social, que só enxerga a realidade como fonte inesgotável de emanção dos fatos jornalístico⁴⁵

Tendo como objetivo a veiculação de “notícias públicas”, Martins cita o exemplo da TV Cultura de São Paulo que passou a trazer matérias que motivam o telespectador a praticar a cidadania. Por meio de pequenos programas, do gênero *Faça Política*, a emissora mostra como pessoas comuns podem exercer seus direitos de cidadão e cobrar das autoridades a sua atuação.

Outra vertente para o jornalismo público seria a cobertura e a divulgação de ações sociais nos campos da chamada responsabilidade social das empresas ou da cidadania corporativa. Tanto são notícias por se tratar diretamente do interesse público, quando são notícias pela criatividade e pelo sucesso de tais iniciativas. Sucesso não apenas em termos de uma boa imagem, mas pelos ganhos em produtividade e lucros.

g- A imprensa e seus públicos

Martins salienta que ter uma imprensa a serviço da cidadania, no entanto, não pode ser apenas uma concessão da própria imprensa, uma dádiva de si própria para o público. De qualquer maneira, as próprias empresas de mídia vêm incorporando – ainda que de dentro para fora e não da sociedade para dentro delas – uma série de práticas de relacionamento com os seus públicos, entre eles assinantes, leitores, radioouvintes, telespectadores, etc⁴⁶.

Várias alternativas institucionais têm sido implantadas em numerosos países, a fim de assegurar ao cidadão perante a mídia uma série de direitos e prerrogativas, a começar pela universalização do direito de resposta e pelas facilidades para que o mesmo seja obtido. São os conselhos de imprensa (*news councils* ou *press councils*), os *media watches* (“cães de guarda”), as mais variadas formas de observatórios e associações, ou ainda os Conselhos de Comunicação Social.

O autor informa que no conjunto, tais mecanismos constituem o que se pode resumir na sigla MARS, ou seja, Meios de Assegurar a Responsabilidade Social da mídia, já existindo associações e congressos internacionais. Mesmo a Internet já conta

⁴⁵ Idem, ibidem.

⁴⁶ Idem. Ididem

com os *cyber watches*, para vigiar a proliferação da pornografia, da pedofilia, do racismo e do ressurgimento do nazismo⁴⁷.

Davis Merritt constata que o jornalismo tem ignorado as suas obrigações para com uma vida pública efetiva e que isto tem sido uma contribuição importante para o atual “mal-estar” na vida pública. Para ele o jornalismo pode e deve ser uma força fundamental na ‘revitalização da vida pública’⁴⁸.

Semelhantemente à Traquina, Luiz Martins chega à mesma conclusão quanto ao remédio para os males do jornalismo e da democracia. Ambos admitem a importância do jornalismo público como alternativa à mídia vigente; ambos partilham a mesma visão de uma democracia participativa; ambos defendem um papel mais ativo por parte do jornalismo na construção de um espaço público mais vibrante e na resolução dos problemas da comunidade.

O jornalismo público é assim para Martins, a disponibilidade para quebrar com velhas rotinas, um desejo de ‘estar ligado de novo’ com os cidadãos e as suas preocupações, uma ênfase na discussão séria como atividade principal na política democrática, e um foco nos cidadãos como atores do drama público em vez de espectadores.

⁴⁷ Idem, *ibidem*.

⁴⁸ MERRIT, Davis apud SILVA, Luiz Martins da. op. cit.

II.3. Metodologia

A metodologia utilizada para o estudo da viabilidade de concretização do objetivo deste projeto é a pesquisa qualitativa em comunicação, cuja modalidade escolhida é o estudo de caso. E, aqui, trata-se do estudo de caso da Agência Goiana do Sistema Prisional. Lúcia Santaella afirma que a pesquisa qualitativa acabou por desenvolver autonomia própria, podendo se referir a todas as pesquisas que privilegiam a interpretação dos dados, em lugar de sua mensuração⁴⁹.

A autora informa que este tipo de pesquisa se volta para indivíduos, grupos ou situações particulares para se realizar uma indagação em profundidade que possa ser tomada como exemplar. Peter Liebscher acredita que normalmente os métodos qualitativos são usados quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa. E completa ao dizer que para aprender métodos qualitativos é preciso aprender a observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas.⁵⁰

Para Bonnie Kaplan e Dennis Duchon, as principais características dos métodos qualitativos são a imersão do pesquisador no contexto e a perspectiva interpretativa de condução da pesquisa⁵¹. Jana Bradley ressalta que, na pesquisa qualitativa, o pesquisador é um interpretador da realidade. E, neste sentido, o objetivo deste trabalho se mostra ainda mais dependente da utilização desta metodologia uma vez que para sua concretização foi necessária uma minuciosa interpretação da realidade dos detentos da Agência Prisional⁵².

Segundo Jack Glazier e Ronald Powell, os dados qualitativos são descrições detalhadas de fenômenos e comportamentos, citações diretas de pessoas sobre suas experiências, trechos de documentos, registros e correspondências, gravações ou transcrições de entrevistas e discursos, dados com maior riqueza de detalhes e profundidade e interações entre indivíduos, grupos ou organizações⁵³.

⁴⁹ SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação e Pesquisa**. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

⁵⁰ LIEBSCHER, Peter apud DIAS, Claudia. **Pesquisa qualitativa: características gerais e referências**. Brasília, maio de 2000.

⁵¹ KAPLAN, Bonie e DUCHON, Dennis apud DIAS, Claudia. op. cit.

⁵² BRADLEY, Jana apud DIAS, Claudia. op. cit.

⁵³ GLAZIER, Jack e POWELL, Ronald apud DIAS, Claudia. op. cit.

Dencker e Da Viá afirmam que, geralmente, esse estudo constitui-se em uma unidade dentro de um sistema mais amplo. Entre as características de um estudo de caso, listadas pelos autores, estão que ele tem como principal objetivo a descoberta, a busca em retratar a realidade de forma completa e profunda, o uso de uma variedade de fontes de informação, a procura em representar os diferentes e conflitantes pontos de vista presentes em determinada situação, a utilização de uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa e o uso da subjetividade, embora a subjetividade narrativa pressuponha uma realidade social e coletiva incorporada pelo sujeito⁵⁴.

Jacques Hamel distingue o estudo de caso mais como uma abordagem do que como método, pois segundo ele, seu objetivo é reconstruir e analisar um caso sob a perspectiva sociológica além do fato de ela utilizar vários métodos de coleta de dados.⁵⁵ Judith Bell afirma que o estudo de caso é particularmente apropriado para pesquisadores individuais, pois dá a oportunidade para que um aspecto de um problema seja estudado em profundidade dentro de um período de tempo limitado⁵⁶. O que corrobora mais uma vez, a utilidade deste tipo de pesquisa para viabilização deste trabalho, uma vez que o pesquisador atua sozinho.

Bell conclui que a grande vantagem do estudo de caso é permitir ao pesquisador concentrar-se em um aspecto ou situação específica e identificar, ou tentar identificar, os diversos processos que interagem no contexto estudado.

⁵⁴ DENCKER, Ada de Freitas; DA VIA, Sarah Chucid. **Pesquisa Empírica em Ciências Humanas: com ênfase em comunicação**. São Paulo: Ed Futura, 2001.

⁵⁵ HAMEL, Jacques apud DIAS, Claudia. op. cit.

⁵⁶ BELL, Judith apud DIAS, Claudia. op. cit.

II.4. O Objeto de estudo: Sistema Prisional de Goiás

II.4.1. Do CEPAIGO à Agência Goiana dos Sistema Prisional

Antes de a atual AGSP existir, o sistema prisional goiano se denominava CEPAIGO – Centro Penitenciário de Atividades Industriais do Estado de Goiás. Este era o único estabelecimento penitenciário construído no Estado, cuja origem remonta a 22 de outubro de 1962, durante o governo de Mauro Borges. A Casa do Albergado e a Casa de Prisão Provisória eram subordinadas à Diretoria Geral da Polícia Civil.

Esta situação ocasionava ao sistema a duplicação de ações, que dificultavam a obtenção de recursos junto ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). E o mais grave, não proporcionava aos apenados um tratamento homogêneo e pedagógico que permitisse a sua ressocialização.

Para a implantação no Estado de um Sistema de Execução Penal foi necessário, inicialmente promover a unificação das atividades prisionais desenvolvidas. A Lei nº 13.550, de 11 de novembro de 1999, extinguiu a Superintendência da Justiça e do Sistema Penitenciário e o CEPAIGO, vinculados à Secretaria de Segurança Pública e Justiça e criou a atual Agência Goiana do Sistema Prisional (AGSP).

No entanto, foi a partir da tomada de posse da atual administração, que a AGSP pode gerar consideráveis resultados em relação ao processo de ressocialização dos detentos. Realização de uma diversa gama de trabalhos intra e extra-muros, além de diversos programas educacionais que vão da pré-alfabetização ao concurso preparatório para o vestibular, são os meios promovidos pela agência a fim de propiciar a reinserção social dessas pessoas.

Por este motivo, é que a possibilidade de o objetivo do projeto em questão ‘dar certo’ no Estado de Goiás é relativamente maior. O atual presidente, Edemundo Dias de Oliveira Filho, em conjunto com uma equipe de profissionais capacitados da área, de fato, aplicou ao sistema políticas mais eficientes de ressocialização dos detentos. Isto pode ser comprovado se comparado por exemplo dois dados diferenciais em relação aos demais Sistemas Prisionais do país, principalmente dos Estados de Rio de Janeiro e São Paulo. Trata-se do custo médio por preso, que em Goiás é de R\$350,00. Já a média nacional é de 2,5 salários mínimos. O outro dado refere-se ao índice de reincidência de presos. Em Goiás, este índice é de 60% em contrapartida ao índice no eixo Rio-São Paulo, que é de 80%.

A formação profissional e acadêmica do atual presidente, voltada eminentemente para o setor de segurança pública, também contribuiu sobremaneira para a realização de um trabalho que proporciona mais resultados em relação ao Sistema Prisional. Uma das realizações do presidente foi a aplicação do Plano Diretor referente ao Sistema Prisional Goiás. Já existia um esboço do Plano Diretor. No entanto, foi na atual administração que o Plano foi reformulado e ampliado. Entre seus itens, o documento prevê:

- Descentralização do sistema por meio da criação de unidades centrais em 8 regiões cujas administrações também serão municipais, cabendo às prefeituras locais o apoio financeiro;

- A criação de mais Varas de Execuções Penais já que atualmente há apenas uma encarregada de resolver as questões sobre cumprimento de penas. Trata-se da 4ª Vara de Execuções Penais, que tem a frente o Juiz Wilson da Silveira Dias;

- Implementação de todo o Sistema Prisional do Estado, ou seja, em cada região deverá existir as cinco subdivisões de regimes:

- * Provisório;

- * Fechado (Masculino e Feminino)

- * Semi-Aberto;

- * Aberto;

- * Patronato (Representa uma política inédita no Estado e atualmente só vigora em apenas algumas regiões do país)

II.4.2. Perfil da população carcerária

Existem seis unidades prisionais na capital goiana: Casa de Prisão Provisória – CPP, Centro de Inserção Social Consuelo Nasser (Presídio Feminino), Núcleo de Custódia (Presídio de Segurança Máxima), Penitenciária Odenir Guimarães – POG (Antiga CEPALGO), Presídio do Regime Semi-Aberto e Casa do Albergado de Goiânia. Além de outras doze unidades situadas no interior goiano.

Ao todo, a AGSP possui cerca de 1400 apenados sob sua tutela. O maior número de detentos fica na POG, com 1250 presos. Logo em seguida vem a CPP, com 1300 presos e o regime Semi-Aberto, com 397 presos. No entanto, é importante lembrar que esses números oscilam muito.

A população carcerária da AGSP é composta em sua maioria esmagadora por homens, com baixa escolaridade e de classe média à baixa (este dado não possui

nenhuma exatidão, já que não há ainda pesquisas neste sentido). O índice de criminalidade entre as mulheres é significativamente baixo (há apenas 62 presidiárias femininas neste momento só no Presídio Feminino do Complexo de Aparecida, além daquelas que estão presas nos regimes provisórios, semi-aberto e aberto). No entanto, um dado inusitado é que 70% destas mulheres foram presas por envolvimento com o tráfico de drogas e, a maioria, foi induzida pelos parceiros.

Quanto à faixa etária, 36% dos detentos possuem idade entre 18 a 25 anos e, 31,9% possuem idade entre 31 e 40 anos. Já em relação ao estado civil, apenas 16% são casados e 32,7% são solteiros. No entanto, 30,1% possuem união estável.

Quanto ao índice de alfabetização envolvimento dos detentos nos processos de ressocialização da Agência, há um alto grau de participação dos “reeducandos”. Algo em torno de 3.500 presos de um universo de 4.500 só do Complexo de Aparecida de Goiânia (Penitenciária Odenir Guimarães - POG, Casa de Prisão Provisória - CPP, Presídio Feminino e Semi-Aberto). Especificamente quanto à participação nos programas educacionais, há cerca de dois anos havia um índice de 74% de analfabetos funcionais no sistema. Esse número agora abaixou para 50%. Fica claro que esse alto índice de analfabetismo entre a população carcerária reflete outro dado preocupante e fundamental para se entender a situação destas pessoas: a maioria dos detentos são excluídos sociais.

Quanto à religião, 60,2% dos encarcerados são católicos, entre praticantes e não-praticantes e 24,3% são evangélicos, muitos dos quais, aderiram à religião dentro do sistema.

Entre os crimes mais praticados, num conjunto de mais de 30 tipos de crimes previstos pela Lei, estão, de acordo à quantidade de incidência: roubo à mão armada ou latrocínio (21,3%), tráfico de drogas (17,5%), homicídio simples ou qualificado (9,8%), furto simples ou qualificado (9,8%) e tentativa de furto (5,7%).

Os dois maiores problemas que atuam como empecilho para ressocialização de um maior número de detentos são a super lotação e a falta de estrutura. Isso porque apesar de o Estado ser o principal responsável pela aplicação de verbas em relação ao setor de segurança pública e por consequência, do seu sistema prisional, o Governo Federal também deve garantir verbas para investimentos no setor. No entanto, um dos maiores problemas para a efetivação das políticas de melhorias no Sistema Prisional Goiano e a construção de novas cadeias para eliminar a super lotação, tem sido exatamente o contingenciamento de verbas por parte da União. Não há sequer uma

penitenciária federal no Estado e atualmente, a AGSP possui sob sua tutela mais de cem prisioneiros federais.

De fato, o Poder Público deixa lacunas quanto à assistência social para a sociedade em geral, como educação, saúde e emprego. Então estas pessoas – os detentos – acabam ‘encontrando’ alternativas para suprir suas necessidades.

Um dado divulgado pelo Departamento Penitenciário Nacional, Depen, diz que ano passado foram criadas 5 mil vagas nos presídios do país. Entretanto, ele informa também que, ao mesmo tempo, foram condenados 70 mil presos, além de terem sido expedidos mais de 120.000 mandados de prisão.

Existe atualmente uma série de trabalhos sendo realizados dentro da Agência Prisional, seja no Complexo de Aparecida de Goiânia, seja nas unidades situadas no interior goiano. Também estão em vigor diversas ações de cunho educativo e profissional, a fim de não só eliminar a ociosidade como também, de capacitar os detentos para a futura vida. Vale ressaltar que ao participar tanto dos trabalhos quanto das ações educativas, os detentos adquirem o direito à remissão da pena, ou seja, redução do tempo previsto no Sistema.

Importante destacar que os trabalhos são setorizados, ou seja, o preso é ‘empregado’ em determinada área, de acordo com suas habilidades e até com suas experiências anteriores trabalhistas. Por exemplo, se o detento atuou durante toda a sua vida como trabalhador rural, então ele será remanejado para atividades agropecuárias na Fazenda da AGSP, situada no Complexo de Aparecida.

Existe o projeto *CIO da Terra*, que tem como objetivo o aproveitamento de áreas ociosas nas dependências da Agência Prisional para produção de milho, soja, sorgo, hortaliças e fruticultura, tudo produzido unicamente pelos detentos. Além das produções para consumo interno de todas as unidades da Agência de carnes suínas, bovinas e leite. Outra ação do projeto foi a criação de reservatórios par irrigação com capacidade para 3 milhões de litros de água.

Ainda nas atividades rurais, há um convênio com a EMBRAPA, em que 12 detentos do regime semi-aberto realizam ações nos campos experimentais da entidade, como capina, plantio e colheita de experimentos e beneficiamento de sementes.

Também existem aqueles trabalhos realizados nas indústrias situadas também no Complexo de Aparecida de Goiânia. Através de parcerias, o sistema possui hoje diversos trabalhos que envolvem desde artesanato à confecção de cadeiras de rodas a partir da carcaça de bicicletas velhas doadas à AGSP. Entre estes trabalhos estão:

- serralheria – produção de estrutura metálica e montagem de cadeira de rodas;
- tapeçaria e marcenaria – reforma de móveis da Agência e outros órgãos;
- alfaitaria – confecção de uniformes para atender todas as unidades da Agência;
- sapataria;
- confecção de materiais esportivos como bolas, cestas de basquete e uniformes esportivos. O projeto responsável por esta atividade chama-se '*Pintando a Liberdade*' e representa uma parceria com o Ministério dos Esportes, Agência Goiana de Esportes e Lazer - AGEL e Super Bola Materiais Esportivos.

- fabricação de velas em geral nas dependências do Presídio Semi-Aberto. Parceria com a KR Brasil-Vela e Cia.

- confecções de roupas íntimas nas dependências do Presídio Feminino. Parceria com a Confecções Dornelas;

- confecção, revisão e embalagem de artigos em malha e tecido plano. Parceria com a Cia Hering;

- fabricação de bolas nas dependências da CPP. Parceria com a Goiás Ind. e Artefatos de Couro;

- fabricação de cordões de apito militar nas dependências do Presídio Feminino. Parceria com a Artepol/Metalcouro;

- produção de cortinas, montagem de prendedores, embalagem de argolas, aplicação de argolas, aplicação de botão em cortinas, montagem de cabides e argolas. Esta ação envolve tantos presos da POG quanto do Presídio Feminino;

- atividades de almoxarifado, office boy e carregamento de materiais realizados por detentos do Semi-Aberto. Parceria com a Organização das Voluntária de Goiás (OVG)

- artesanatos e pinturas em geral. Esta atividade serve tanto para comercialização quanto para terapia dos detentos.

Existem ainda outras atividades que são realizadas fora dos muros da Agência e, por isso mesmo, praticadas por detentos do regime Semi-Aberto. Entre estão:

- serviços gerais como lavagem de ônibus, jardinagem e limpeza em geral na Metrobus Transportes Coletivos;

- atividades em marcenaria (consertos de móveis), jardinagem e limpeza em geral na Secretaria de Segurança Pública;

- atividades em marcenaria (consertos de móveis), digitação, limpeza em geral e serviços de copa no Tribunal de Justiça;

- atividades em construção civil na Poligonal Construções Cíveis.

Existem atualmente seis ações de cunho educativo na Agência dentro do projeto “*Escrever a Liberdade*”, que envolve desde a pré-alfabetização à preparação para o vestibular, além de cursos de língua estrangeira. A saber:

- 1) Projeto Vaga-Lume: alfabetização, em parceria com a Caixa Econômica Federal e Universidade Estadual de Goiás;
- 2) BB-Educar: alfabetização em parceria com a Fundação Banco do Brasil. Tal ação já formou 20 professores detentos que agora estão ensinando a outros presos. Parceria;
- 3) Escola Dona Lourdes Estivaletete Teixeira: ensinosa fundamental e médio;
- 4) Cursinho do Povo: preparação para o vestibular em parceria com o Instituto Consuelo Nasser ligado ao jornal Diário da Manhã;
- 5) Curso de Inglês. Parceria com o Instituto Chicago;
- 6) Inclusão Digital. Esta também se estende aos filhos dos detentos.

Quanto aos cursos profissionalizantes, existem parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SENAI, em que ocasionalmente são realizados estes cursos dentro da Agência.

II.4.3. Publicação/Projeto

A publicação idealizada, cujo nome seria ‘*Jornal do Reeducando*’ (exatamente como forma de eufemizar expressões como detentos ou carcerários), deve ser tamanho da folha A4, do tipo papel chouchet, em oito páginas, colorido e possuir uma linguagem clara e acessível. A diagramação deve ser terceirizada, de modo que um profissional da área realize esta fase. A periodicidade deve ser mensal, com tiragem inicial de 2.000 exemplares.

Os custos da publicação, incluindo a remuneração de um jornalista, diagramador e da impressão devem ser financiados pela própria Agência Prisional. No entanto, a instituição já possui em seu quadro uma assessoria de imprensa, com dois jornalistas. Em relação ao público-alvo, como já mencionado, a publicação deve contemplar setores representativos do empresariado goiano e ainda se estender para outros setores da sociedade, como organizações, repartições públicas, shoppings da cidade (devido ao fato de serem locais de considerável circulação), etc.

Uma *mainling list* é o primeiro passo para a circulação das publicações. A lista poderá ser disposta da seguinte forma: Câmara dos dirigentes lojistas de Goiás; Representação dos Shoppings de Goiânia; Associação de diaristas de Goiânia; ACIEG – Associação industrial, comercial e de serviços do Estado de Goiás; FIEG – Federação das Indústrias no Estado de Goiás; Sindicarne - Sindicato dos Produtores de Carne de Goiás; ASBAN/GO - Associação de Bancos de Goiás; AGM - Associação Goiana dos Municípios; Sinttel - Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Goiás e Tocantins; Sintego - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás, etc.

A elaboração da publicação deve ser feita por meio da coleta de dados e informações com os detentos da AGSP. Entrevistas sobre estórias de vida, depoimentos, narração de ocorridos inusitados (como o ex-detento que, ao completar a pena e sair da prisão, se dirigiu ao diretor da cadeia onde estava por último e pediu insistentemente para permanecer no local, alegando que se não retornasse inevitavelmente rescindiria no crime. Este fato, inclusive, foi noticiado pela mídia goiana sem grande efeito na sociedade local), recolhimento de poemas escritos pelos detentos, além é claro, de reportagens e notas sobre a série de trabalhos e programas educacionais de ressocialização realizados na instituição.

A seguir, parte do esboço da publicação:

III. Conclusão

Após realizar o estudo de caso sobre a Agência Goiana do Sistema Prisional, este projeto demonstra que a possibilidade de concretização da publicação cujo objetivo é eliminar preconceitos, é suscetível de realização. Isso se deve a dois motivos.

Primeiramente porque, depois de realizar o estudo sobre o sistema prisional goiano, constatou-se que devido a atual conjuntura porque passa a instituição, as reais chances de uma efetiva ressocialização dos detentos são maiores em relação a outras instituições como essa no país, como o Rio de Janeiro e São Paulo, onde comprovadamente, o índice de reincidência no crime é maior do que o de Goiânia. Logicamente que fatores como superlotação ainda mais acentuada e piores condições estruturais, contribuem para o dificultamento da implantação de políticas mais incisivas de ressocialização e recuperação dos apenados nesses locais.

No entanto, depois de ter sido realizado o estudo de caso e chegado à conclusão de que, atualmente, a AGSP tem conseguido de fato promover políticas de ressocialização por meio da aplicação de uma diversa gama de trabalhos intra e extra-muros dos presídios, desenvolvimento de programas educacionais e profissionalizantes e realizando atividades de cunho artístico e religioso, este projeto entende que é possível a promoção da cidadania dos detentos através de uma publicação que desconstrua a mentalidade preconceituosa da sociedade goiana em relação a estes indivíduos.

Ainda de acordo com o estudo de caso da Agência Prisional, também pode-se perceber que os próprios detentos são capazes de expor com clareza suas aspirações em relação à sua futura vida egressa do sistema. Isso pois, existe uma série de realizações que comprovam isto. Um exemplo é a publicação recente de duas obras cujo conteúdo foi feito exclusivamente pelos detentos. O primeiro é uma coletânea de poesias elaboradas durante o *I Concurso Kelps de Poesias Faladas*. O tema das poesias variam entre saudade do lar e anseio pela vida fora dos muros da prisão. O segundo é uma mini-biografia de um dos encarcerados relatando sua história de vida, bem como sua angústia e arrependimento pelos erros cometidos. O nome da obra é *E Agora? Você já se fez esta pergunta?*

E, para completar, o outro motivo que demonstra a viabilização dessa publicação, se deve ao uso da modalidade do jornalismo público, aprofundada no referencial teórico, que enxerga seu exercício como elemento decisivo para desconstruir preconceitos e revelar as reais possibilidades da construção da cidadania. O estudo

revelou que esta possibilidade, no caso em questão, pode se construir numa possibilidade verdadeira e numa alentada esperança.

Isso porque, a análise do jornalismo público, bem como suas origens e exemplos de aplicação, demonstram que de fato esta modalidade jornalística é capaz de suprir o vazio ocasionado pelos meios de comunicação convencionais que, geralmente, não tem preocupação fundamental a questão da promoção da cidadania de todos os indivíduos sociais.

Como já mencionado durante a análise, a mídia convencional retrata apenas as “más” notícias referentes ao universo dos detentos de Goiás. E, como o jornalismo público considera como principal premissa que o cidadão deve ser o centro absoluto do discurso jornalístico, então, este projeto verificou que, utilizando-se essa modalidade jornalística, ainda nova, é uma forma possível e concreta de romper preconceitos e lutar pela reinserção dos detentos de Goiás.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PINHEIRO, Paulo Sérgio e BRAUN, Eric (org). **Democracia x Violência**: reflexões para a constituinte. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987.

AMARAL, Luiz. **Técnica de Jornal e Periódico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982.

SILVA, Luiz Martins da. **Jornalismo Público**: o social como valor notícia. Brasília: Casa das Musas, 2004. V. II.

MOTTA, Luiz Gonzaga (org). **Imprensa e Poder**. Brasília: Ed. UNB, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência**: aspectos da cultura popular brasileira. São Paulo: Editora brasiliense, 1986.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2001.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling e ALMEIDA, Fernando Ferreira. **Comunicação para a Cidadania**. São Paulo/Salvador: Distribuição Intercom, 2003.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Ed. Vozes Ltda, 1998.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Qualidade na TV**. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 26 de abril de 2003.

BRITO NETO, Joãoimar Carvalho de. **Informação e cidadania**: a nova configuração da democracia. Goiânia, Revista Comunicação e Informação, v 2, nº 2, dez de 1999.

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação**: direito à informação. São Paulo: Ed. Papyrus, 1986.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e Pesquisa**. São Paulo: Hackers Editores, 2002.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti e DA VIÁ, Sarah Chucid. **Pesquisa empírica em ciências humanas**: com ênfase em comunicação. São Paulo: Ed. Futura, 2001.

DIAS, Claudia e FERNANDES, Denise. **Pesquisa e métodos científicos**. Brasília, março 2000.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. São Paulo: Editora Campus, 1992.

THOMPSON, Jonh B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis: Vozes, 1998.

ROSSI, Clóvis. **O que é Jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

FERREIRA, Aluizio. **Direito à informação, direito à comunicação**. São Paulo: Celso Bastos/IBDC, 1997.

ANISTIA INTERNACIONAL/SEÇÃO BRASILEIRA. **Aqui ninguém dorme sossegado**: violações dos direitos humanos contra os detentos. São Paulo: 1999.

MATTELAR, Armand. **História das Teorias das Comunicações**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

ANEXOS

Perfil sócio-econômico dos detentos da AGSP

Existem seis unidades prisionais na capital goiana. A saber:

- 1) Casa de Prisão Provisória – CPP;
- 2) Centro de Inserção Social Consuelo Nasser (Presídio Feminino);
- 3) Núcleo de Custódia (Presídio de Segurança Máxima);
- 4) Penitenciária Odenir Guimarães – POG (Antiga CEPAIGO)
- 5) Presídio do Regime Semi-Aberto;
- 6) Casa do Albergado de Goiânia. (Regime Aberto)

Entre as unidades do interior estão:

- 1) Cadeia Pública de Anápolis;
- 2) Cadeia Pública de Bela Vista;
- 3) Cadeia Pública de São Luís dos Montes Belos;
- 4) Centro de Inserção Social de Catalão;
- 5) Centro de Inserção Social de Luziânia;
- 6) Casa de Prisão Provisória de Luziânia;
- 7) Centro de Inserção Social de Rio Verde;
- 8) Casa de Prisão Provisória de Rio Verde;
- 9) Casa de Prisão Provisória de Jataí;
- 10) Casa de Prisão Provisória de Itumbiara;
- 11) Centro de Inserção Social de Posse;
- 12) CER – Centro de Excelência em Recuperação de Dependentes Químicos.

Dados sobre a População Carcerária da AGSP – 2004⁵⁷

DADOS	QUANTIDADE	%
POPULAÇÃO CARCERÁRIA		
CPP	1250	33,2
POG	1300	33,8
Semi-Aberto	397	11,3
Casa do Albergado	142	4,0
Presídio Feminino	62	1,8
Cadeia Pública de Anápolis	248	7,1
Cadeia Pública de Bela Vista	40	1,1
Cadeia Pública de Catalão	63	1,8
CIS de Luziânia	136	3,9
CIS de Rio Verde	72	2,0

⁵⁷ Dados levantados sobre a população carcerária da AGSP – 2004. Tais informações foram levantadas por estagiários da Agência Prisional, por amostragem e projetados para o Universo da população total, sem precisão científica e de utilização apenas como referência.

ESCOLARIDADE	QUANTIDADE	%
Alfabetizado	386	11,0
Analfabeto	119	3,4
Ensino Fundamental	1013	28,8
Ensino Fundamental incompleto	1122	31,9
Ensino Médio	405	11,5
Ensino Médio incompleto	382	10,9
Superior	87	2,5

ESTADO CIVIL		
Casado	563	16,0
Separado de fato	198	5,6
União Estável	1058	30,1
Separado de direito	439	12,5
Solteiro	1148	32,7
Viúvo	108	3,1

FAIXA ETÁRIA		
18 a 25 anos	1265	36,0
26 a 30 anos	785	22,3
31 a 40 anos	1121	31,9
41 a 50 anos	209	5,9
51 a 60 anos	93	2,6
61 anos acima	41	1,2

RELIGIÃO		
Católica	2117	60,2
Evangélica	854	24,3
Espírita	295	8,4
Sem crédulo	248	7,1

Artigo	Número	Porcentagem
10- Porte ilegal de armas	48	1,4
12- Tráfico de drogas	616	17,5
14- Ass. Para tráfico de drogas	17	0,5
16- Usuário de drogas	25	0,7
121- Homicídio simples ou qualificado	368	10,5
121/14- Tentativa de homicídio	145	4,1
147- Ameaça	29	0,8
148- Cárcere Privado	16	0,5
155- Furto simples ou qualificado	345	9,8
155/14- Tentativa de furto	202	5,7
157- Roubo à mão armada ou latrocínio	747	21,3
157/14- Tentativa de roubo	188	5,4
158- Extorsão	17	0,5
159- Extorsão mediante seqüestro	12	0,3
163- Danos materiais	23	0,7
171- Estelionato	51	1,5
171/14- Tentativa de estelionato	41	1,2
180- Receptação	103	2,9
213- Estupro	92	2,6
213/14- Tentativa de estupro	36	1,0
214- Atentado violento ao pudor	53	1,5
231- Tráfico de mulheres	23	0,7
243- Sonegação de est. Filiação	17	0,5
288- Formação de quadrilha	94	2,7
289- Moeda falsa	23	0,7
299- Falsidade ideológica	26	0,7
303- Falsificação de documentos	17	0,5
304- Uso de documentos falsos	25	0,7
312- Peculato	20	0,6
733- Pensão alimentícia	19	0,5
Outros	76	2,2